



PARTICIPAÇÕES DA MARINHA EM FORÇAS DE PAZ DA ONU

UNAVEM I: APENAS UM BREVE DEPOIMENTO SOBRE COMO TUDO COMEÇOU

*“Quanto mais distante no passado você puder olhar,
mais distante no futuro poderá ver”.*

Winston Churchill

Capitão de Mar e Guerra (Ref-FN) Paulo Roberto Ribeiro da Silva¹

INTRODUÇÃO

O conhecimento da gênese dos acontecimentos é essencial para que se tenha uma opinião abalizada ou se emita um juízo de valor consistente a respeito de determinada situação. O ser humano anseia por respostas rápidas e completas para os seus questionamentos,

sobretudo no mundo atual em que o conhecimento trafega na velocidade das máquinas, sempre o impulsionando para novas dúvidas e perplexidades.

Quando surge uma situação nova, isto frequentemente estressa os envolvidos, exigindo procedimentos inéditos, ainda não amadurecidos e otimizados e, portanto, passíveis de críticas, algumas vezes descontextu-

¹ Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval.

alizadas e prematuras, o que as tornam inoportunas e dispensáveis; outras, válidas e oportunas, contribuem para o aperfeiçoamento das ações e o engrandecimento da instituição.

Qualquer pioneirismo aporta em si uma grandeza incomensurável, seja pelo seu natural ineditismo, seja pela ausência de procedimentos padrão consolidados que o oriente e aponte o “caminho das pedras”. Nesses contextos, o importante é ser compreensivo e receptivo aos novos “modi operandi” que se tornarão válidos ou não, dependendo das vivências futuras.

O Brasil, no geral, e a Marinha do Brasil (MB), em particular, tinham uma carência endêmica quanto à participação em forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) até o final da década de 80 do século passado. O Exército Brasileiro (EB) trazia em sua bagagem a experiência de Suez; já a MB somente havia participado de uma forma pontual com um (1) observador no conflito Índia – Paquistão nos idos de 1960, o que em termos objetivos não agregou substanciais informações nesse tipo de envolvimento.

Neste trabalho, o autor, em primeira pessoa, procura narrar sua experiência inédita e, portanto, pioneira neste tipo de operação, atualmente já considerada rotineira e plena de suportes em todos os sentidos. O que espetaculariza este relato não é apenas o desfiar de problemas, dificuldades e desafios; senão o registro histórico inexistente de um acontecimento único que gerou transformações, não só por descortinar um novo horizonte, mas, sobretudo por permitir a execução de novos procedimentos e, assim, capacitar a instituição a operar com maior frequência no cenário internacional, onde agora pode melhor se avaliar e, conseqüentemente, aperfeiçoar-se.

COMO TUDO COMEÇOU

Estamos na primavera de 1988, um final de tarde como outro qualquer em um gabinete de Almirante. Muito trabalho, acerto de pendências e de agenda; enfim, um sem-número de tarefas rotineiras. O Contra-Almirante Fuzileiro Naval (FN) Haroldo Luis Rodrigues, Comandante da Tropa de Reforço², havia se ausentado para cumprir mais uma de suas obrigações e o Assistente³, Capitão de Corveta – CC (FN)

2 Tropa de Reforço – Uma das duas Grandes Unidades (GU) que compõem a estrutura da Força de Fuzileiros da Esquadra do Corpo de Fuzileiros Navais; a outra é a Divisão Anfíbia.

3 Assistente – Oficial que exerce a função de Chefe de Gabinete.

Paulo Roberto Ribeiro da Silva (o autor) se mantinha a bordo com o “staff”, fechando um relatório e preparando uma palestra.

Por volta das 17h30min, soou o telefone como só acontece nestes horários em gabinetes de autoridade. Prontamente atendi e identifiquei pela voz já familiar o Almirante de Esquadra (FN) Coaraciara Bricio Godinho, Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (ComGerCFN). Após as conversações iniciais de praxe, ele me indagou sobre o Alte Haroldo, pois tinha urgência em lhe falar. Participado sobre a sua ausência, afirmou que o assunto era sigiloso e que precisava me consultar, antes mesmo de o levar ao meu Chefe, no que exigiu especial discricção.

– Como está o seu inglês? Indagou de imediato. Respondi que estava fazendo um curso de inglês na Barra da Tijuca, bairro onde morava.

– Pois bem! Afirmou ele. Acabei de receber uma ligação telefônica do Ministro da Marinha, Alte Esq Saboia, informando-me que a Marinha do Brasil (MB) havia conseguido, após muito esforço, uma (1) vaga em um contingente de Observadores Militares, constituído por oficiais do Exército Brasileiro (EB), cuja missão era integrar uma Força de Manutenção de Paz em Angola (UNAVEM - United Nations Angola Verification Mission). Prosseguindo, questionou-me sobre os meus possíveis impedimentos e desejava saber a minha opinião sobre o seu desejo de me indicar, pois ainda não era uma decisão. Apesar do efeito surpresa, consegui me recompor, arrumar as ideias e perguntei sobre a duração da missão, a existência ou não de algumas facilidades etc. Obtive respostas incompletas, haja vista o ineditismo e a urgência que o tema aportava.

Nessa ocasião, já estava desquitado havia dois (2) anos, fato este que me desonerava em parte de uma série de compromissos familiares, apesar de que, caso aceitasse o convite, inseriria no contexto outros de natureza emocional, como distância de minhas duas (2) filhas, da minha mãe viúva e dos parentes e amigos. Ademais, nesse ano de 1988, estava concluindo o curso de Análise de Sistemas, o que atenuava as obrigações, para que eu me ausentasse do Brasil por tempo indeterminado, como ainda se configurava a missão até aquele momento.

Após essa série de questionamentos de parte a parte, finalmente o Alte Coaraciara efetuou a pergunta decisiva.

– Aceita ou não?

De pronto respondi afirmativamente. Então, disse ele:

– Mantenha sigilo sobre a nossa conversa até eu falar com o Haroldo amanhã pela manhã.

E assim foi feito. No dia seguinte os Almirantes se conversaram e tudo ficou acertado e começou a ser formalizado. Foram estabelecidos os primeiros contatos com o EB e ficou decidido que eu seria colocado à disposição do Comando Militar do Leste (CML), onde, juntamente com os demais seis (6) outros oficiais do EB, iniciaria os exames de saúde e os inúmeros trâmites operativos e administrativos no Rio de Janeiro e Brasília, com vistas à tão inusitada missão.

Já estava se aproximando o final de 1988, quando finalmente fui movimentado (transferido) para o EB e comecei de fato todo o processo preparatório para a missão. Nada existia! Não havia experiência anterior consolidada a respeito da preparação de pessoal para Forças de Paz. Tudo era inédito, apesar de o EB possuir um histórico mais consistente que a MB. Quanto a mim, o EB ventilou até mesmo a possibilidade de que eu usasse o seu fardamento, tanto que já o havia recebido junto às demais andainas (apetrechos) para a missão. Após contatos junto ao ComGerCFN, recebi alguns camuflados (uniformes) extras, com os quais, juntamente com alguns itens fornecidos pelo EB, finalmente, pude prontificar um uniforme “padrão” de observador naval da ONU.

O exame de saúde a que fui submetido no EB em Brasília foi extremamente rigoroso. Jamais havia sido tão checado e “virado do avesso”. Até mesmo ultrasonografias com vistas a detectar futuras possibilidades de problemas foram realizadas. Entrevistas e sondagens psicológicas se seguiram. E as vacinas! Foram muitas e simultâneas. Ainda hoje me lembro das noites solitárias e em claro, ardendo em febre devido às reações, no Hotel de Trânsito da Marinha em Brasília (Hotel St. Paul).

Tudo era novidade na MB. Como seria o pagamento? Os nossos militares no exterior normalmente recebiam por Londres ou Washington. E quem fosse para a África, para Angola, para um país em guerra? Ninguém sabia a resposta. O dia da partida se aproximava e as interrogações se acumulavam. A múltipla subordinação (MB, EB e ONU) causava-me embaraço. Algumas autoridades navais cobravam-me relatórios periódicos; o EB, informalmente, demandava por meio do mais antigo a situação em andamento; a ONU, por

sua vez, informava-nos que ao estar sob a sua tutela, ao sermos “boinas azuis”, somente deveríamos nos reportar (prestar contas) sobre nossos trabalhos a ela e a mais ninguém.

Perdido nesse emaranhado de dúvidas buscava algumas certezas que teimavam em se esconder. Finalmente, em final de janeiro de 1989, ficou decidido que os sete (7) observadores brasileiros seguiriam para Luanda em dois (2) contingentes. Fui incluído no segundo juntamente com três oficiais do EB que partiriam em 13 de março 1989.

A missão em Angola – UNAVEM (posteriormente denominada UNAVEM I, como consequência da criação da UNAVEM II) já estava sendo montada, ainda de maneira incipiente, desde o final de 1988. A chefia da missão era de um Oficial General do EB – General de Brigada Péricles Ferreira Gomes, militar dotado de invejáveis atributos pessoais e profissionais. Homem sábio e politicamente hábil, desde o princípio soube agir com equilíbrio e moderação na resolução dos inúmeros conflitos que diuturnamente surgiam entre as partes envolvidas. O Quartel General situava-se na capital angolana (Luanda). O Mandato da UNAVEM era fiscalizar a retirada gradual das tropas cubanas do território angolano, que já perdurava por cerca de 14 anos. Essa operação fazia parte de um contexto mais amplo que visava à retirada das tropas sul-africanas da Namíbia e sua subsequente independência, processo este monitorado pela UNTAG (United Nations Transition Assistance Group), uma outra missão da ONU.

Estamos falando muito de história e para que possamos embasar com consistência nosso relato, creio ter chegado a oportunidade de começarmos a contextualizar mais detalhadamente o momento histórico e político que levou à criação da UNAVEM I, para que possamos compreender mais densamente os acontecimentos e seus desdobramentos.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Angola era uma colônia portuguesa desde o final do século XV, quando Diogo Cão (um navegador português) a descobriu e iniciou a sua exploração. Nesses mais de quatro séculos, Portugal conduziu o processo de colonização de maneira diversificada, sempre em função do contexto internacional, que ora incentivava esta prática, ora a condenava. Na fase inicial a tratava simplesmente como uma colônia de exploração, não se importando devidamente em sua

interiorização e, naturalmente, em fixar sua presença além do litoral, o que mais tarde lhe traria amargas consequências. Somente no primeiro quartil do século XX, iniciou-se a interiorização de maneira eficaz, o que exigiu tremendo esforço, devido aos diversos embates com povos ainda não contactados e, portanto, resistentes à ocupação lusitana.

Em meados do século passado, Portugal gradualmente passou a considerar Angola como uma extensão portuguesa, uma província ultramarina. Desta forma, começou a investir pesadamente em seu desenvolvimento e infraestrutura. Com relação à população nativa, não foi dada a devida importância, impedindo ou, quando não muito, dificultando o seu acesso à educação, mormente aos níveis mais elevados, o que lentamente foi consolidando um ambiente discriminatório e segregacionista, apesar de enfaticamente negado.

A partir da década de 60 do século XX, iniciou-se de maneira decisiva o processo de descolonização no continente africano. O Reino Unido e a França capitanearam esse processo, muitas vezes o protagonizando, alcançando com isso resultados políticos e econômicos favoráveis. O que não aconteceu com Portugal, que reticente em cambiar suas estratégias colonialistas, manteve-as teimosamente não reconhecendo oportunamente o direito de determinação dos povos, o que acarretou consequências desastrosas.

O movimento revolucionário com vistas à descolonização e à tão almejada independência de Angola começou com a **União das Populações de Angola (UPA)** que foi fundada em dezembro de 1958 na cidade de Acra, no Gana, e teve como principal dirigente Holden Roberto. Pouco tempo depois da sua fundação, a UPA transfere-se para Léopoldville⁴. Os primeiros atos políticos da UPA se deram em dezembro de 1958 quando Holden Roberto participou nas Conferências Pan-Africanas e Afro-Asiáticas e na Conferência dos Neutralistas⁵ em Belgrado.

Em território angolano a ação política da UPA se iniciou em outubro de 1959 com uma série de distribuições de panfletos nas regiões de Nôqui, Bembe, São Salvador e Buela. A UPA estendia a sua influência, sobretudo, no norte de Angola junto da etnia **Backongo**, de onde era originário o seu líder.

4 Léopoldville – denominação antiga da capital do Zaire (hoje Congo), remontando ao período colonial belga.

5 Neutralistas – países que seguiam a doutrina que implicava na recusa de se integrar a um dos dois grandes blocos políticos no período da Guerra Fria.

Em 15 de março de 1961 iniciam-se os massacres em Angola, onde foram assassinadas, indiscriminadamente, a catana (grande facão), centenas de mulheres, crianças e idosos nas zonas rurais do norte de Angola, portugueses e angolanos brancos, além de membros da etnia **Bailundo**, que eram percebidos como reticentes ao movimento. De imediato a responsabilidade pelas ações foram reivindicadas pela UPA, o que viria a marcar, de forma negativa, o movimento ao longo dos anos.

Outro movimento decisivo na luta anticolonial foi o **Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)** que surgiu no fim dos anos 1950 da fusão de vários pequenos grupos anticoloniais, inclusive da recentemente constituída célula de Luanda do Partido Comunista Português, liderado por Antonio Agostinho Neto, iniciando suas ações entre os finais dos anos 1950 e princípio dos anos 1960, agrupando as principais figuras do nacionalismo angolano, entre estudantes no exterior, sobretudo em Portugal - e lutadores contra o colonialismo que fugiam do interior de Angola.

Após ter recusado uma frente única de combate em conjunto com o MPLA, temendo uma possível subalternização da UPA àquele movimento, Holden Roberto funde em março de 1962 a UPA com o **Partido Democrático de Angola**, dando origem à **Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)**. Ainda durante esse ano, a FNLA proclama o **Governo da República de Angola no Exílio (GRAE)**. O GRAE era liderado por Holden Roberto, que ocupava o cargo de Primeiro-Ministro, no entanto também lá se encontrava Jonas Savimbi, membro da FNLA, cabendo-lhe o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1963, o GRAE é reconhecido pela Organização de Unidade Africana (OUA).

A **UNITA**, acrônimo de **União Nacional para a Independência Total de Angola**, era mais um movimento anticolonial angolano, foi fundada em 1966 por dissidentes da FNLA e do GRAE liderados por Jonas Savimbi. Após a sua formação, a UNITA, necessitando de apoios externos, buscou apoio na China, uma vez que os outros grandes países, passíveis de apoiar uma guerrilha anticolonial em Angola, já tinham compromissos com a FNLA ou com o MPLA. A preocupação dominante da UNITA foi, no entanto, a de se assegurar com o apoio dos **Ovimbundu**, a maior etnia em Angola, à qual o próprio Savimbi pertencia. A UNITA vai travar operações de guerrilha no Leste do então

território colonial, sem conseguir chegar ao Planalto Central, “habitat” dos Ovimbundu, entre os quais desenvolveu, no entanto, um intenso trabalho de mobilização política.

Ao longo de todo esse processo revolucionário, Portugal vinha se desgastando em todos os sentidos. Politicamente, estava isolado internacionalmente por ser um dos últimos remanescentes a resistir em conceder a independência de suas colônias, o que já havia acontecido com as suas congêneres inglesas e francesas; economicamente, o país encontrava-se em crise, não suportando mais em adiar o epílogo de uma guerra custosa em diversas frentes; socialmente, as perdas humanas eram tremendas e os portugueses já não toleravam um custo tão elevado para manutenção de terras além-mar; e finalmente, como catalisador dessa reação explosiva, crescia em Portugal uma oposição ferrenha ao governo autocrático de Oliveira Salazar e a seus admiradores. Como decorrência de todas estas condicionantes o país foi naturalmente conduzido para a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

Portugal enfim anunciou a sua intenção de se retirar de suas colônias, o que ensejou condições para que as lideranças dos três movimentos angolanos iniciassem negociações com as autoridades portuguesas e a 12 de outubro assinassem em Kinshasa⁶ um acordo de cessar-fogo. Em janeiro de 1975, a FNLA, o MPLA e a UNITA tornaram-se signatários dos **Acordos de Alvor**, no qual se determinou o dia 11 de novembro do mesmo ano como a data da independência de Angola. No entanto, a partir de março, a FNLA tentou quebrar a posição do MPLA em Luanda e com o apoio da UNITA envolveram-se em um conflito armado contra o MPLA.

Iniciou-se um período de conflito militar entre FNLA e MPLA que perdurou até 1976. Durante esse período, a FNLA passou a ser vista como o principal bastião contra a influência comunista que se registrava na nova Angola independente, o que implicou algum apoio internacional, sobretudo dos EUA, do Zaire e da África do Sul, ao mesmo tempo em que contava com o contributo de antigos elementos do exército português e de mercenários estrangeiros. Contudo, as forças militares da FNLA falharam na entrada em Luanda antes da declaração de independência e as derrotas militares se sucederam perante o exército do MPLA e seus aliados cubanos.

6 Kinshasa – denominação atual da capital do Congo (Zaire).

O MPLA proclamou um estado de partido único e a UNITA e a FNLA passaram a ser consideradas ilegais, e ambas retomaram, sem demora, a luta armada contra o MPLA. Iniciou-se assim a Guerra Civil Angolana que durou até 2002 e, para lá das dinâmicas internas, foi condicionada pela Guerra Fria que prevaleceu, internacionalmente, durante boa parte daquele período. Ao mesmo tempo, a UNITA continuou a se beneficiar de um enraizamento não apenas entre os **Ovimbundu**, mas também em parte das etnias do Leste. Esta constelação permitiu à UNITA manter e diversificar os seus apoios externos, enfrentando as forças governamentais não apenas com táticas de guerrilha, mas por vezes em combate “convencional”, e controlando partes do território durante fases de extensão significativa.

É frequente, numa leitura etnolinguística e racial da política angolana vincular o MPLA à região dos **Um-bundu** e ao segmento populacional dos mestiços. Esta leitura corresponde a uma realidade inicial que, no entanto, foi superada numa medida considerável, pela inclusão de elementos de outras origens, tanto nos quadros como na base social de apoio.

O COMEÇO DA UNAVEM EM ANGOLA

O princípio das coisas sempre é difícil. O desconhecido nos assusta. A falta de informações nos impede de realizar um planejamento consistente, a fim de reduzirmos as incertezas e sua carga de surpresas. Isto de fato foi uma das tônicas na UNAVEM.

Ao pisarmos o território angolano e após as apresentações de praxe, fomos (os membros do 2º contingente) encaminhados ao Hotel Presidente, situado na orla marítima da baía de Luanda – na Avenida Quatro de Fevereiro (data do início da luta armada contra os portugueses, segundo o MPLA), nossa residência temporária até que as instalações definitivas estivessem plenamente prontas.

O Quartel-General da UNAVEM, nosso futuro local de trabalho e residência na capital, era um condomínio de casas alugado pela ONU, denominado ESPA, a cerca de 15 Km do centro. Localizava-se nas proximidades da vila residencial do GAMEK (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza – Consórcio internacional criado por Angola para gerenciar todas as fases de construção da hidrelétrica de Capanda), onde a empresa brasileira Odebrecht, a principal integrante, mantinha as residências de seus funcionários que estavam envolvidos naquela construção, situada na pro-

víncia de Malange, no curso do rio Kwanza – o maior rio perene e totalmente nacional.

A vila da ESPA, nosso QG, foi organizada por países. Cada contingente ocupava uma mesma residência. A casa que se situava ao fundo junto à piscina era a “Casa do Brasil”. Do nosso lado esquerdo era a “Casa da Jordânia” e do direito era a “Casa de uma funcionária de médio escalão” de nacionalidade síria. As demais residências eram as Casas da Argentina, da Índia, da Noruega, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia, da Argélia, da República Popular do Congo (Congo-Brazaville) etc.

Cerca de uma semana após a nossa chegada, fomos finalmente transferidos para a Vila da ESPA. Nesse ínterim nos ambientamos e recebemos orientações e adestramentos sobre a missão. Um dos maiores problemas visualizados nesta fase inicial foi o idioma inglês, haja vista que ele não era a “home language” de nenhum dos contingentes. Tivemos que nos esforçar ao máximo para “traduzir” os sotaques, erros e gírias dos nossos companheiros de missão. O problema tomou tamanho vulto que houve até o risco de alguns oficiais serem repatriados por falta de proficiência na língua inglesa (não foi o caso de nenhum oficial do contingente brasileiro).

Outra deficiência observada na fase inicial foi o procedimento fonía (PROFON) em inglês. Houve a necessidade de um adestramento especial ministrado pelos oficiais noruegueses, com vasta experiência em operações da ONU. Nesta fase de adaptação o recurso era dizer:

– “Say again! You are very distorted! There are a lot of noise! Say again, please!”

Tudo isto com a finalidade de ganhar tempo e tentar adivinhar o que estavam querendo nos transmitir.

Apesar dos pequenos percalços, em essência a missão estava começando relativamente bem. Os propósitos iniciais estavam sendo atingidos e não havia ainda nada que a pudesse macular; mas os probleminhas, estes sempre continuavam. De repente se descobriu que significativo número de observadores não sabia conduzir com habilidade viaturas 4x4 (tração total) em terrenos arenosos e lamacentos. Tornou-se frequente receber notícias sobre membros do contingente da UNAVEM em dificuldades com suas viaturas. Foi então realizado um teste de verificação e um novo adestramento surgiu para aqueles que não alcançavam um nível aceitável.

Para que a ONU pudesse se desincumbir das inúmeras tarefas simultâneas e distantes até mesmo por milhares de quilômetros, fomos divididos em equipes (“teams”) de mais ou menos oito (8) oficiais de nacionalidades diversas. Nestas equipes era mandatório a presença de um oficial brasileiro, para que facilitasse as interações junto às autoridades angolanas, haja vista ser o português a língua oficial do país. Como já era previsível o papel de tradutor simultâneo passou a ser uma das nossas funções colaterais mais exigentes. Inicialmente, fiquei orgulhoso e envaidecido com tão importante e honrosa obrigação, entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos, fui descobrindo que seria de grande utilidade se eu possuísse um curso de psicologia, pois normalmente intermediávamos negociações tensas, em que éramos compulsados pelas circunstâncias a moderarmos os exageros e radicalismos desmedidos. Como traduzir uma ofensa grosseira, sem acender o estopim de uma desavença e a criação de um fosso, que possivelmente inviabilizaria futuros e essenciais acordos? Não seria perigoso e leviano traduzirmos somente o traduzível? E caso esse comportamento “moderador” gerasse algum entendimento ou ação inesperada das partes? Todas essas inquietações se agregavam aos demais fatores estressantes para nos deixar ainda mais tensos e ansiosos.

ALGUNS CHOQUES CULTURAIS

É perfeitamente perceptível que o mundo se caracteriza pela diversidade. Não faz sentido buscar padronização naquilo que é por essência diverso, ou seja, o Ser humano. No entanto, quando nos afastamos do mundo das ideias (teoria) e invadimos o real e somos obrigados a conviver com o diferente, verificamos a nossa ignorância e preconceito em toda a sua grandeza. Isto aconteceu comigo!

Sabia de antemão que na UNAVEM conviveria com representantes de cerca de 20 países. Pessoas de diversas religiões, costumes e níveis culturais. Muitos militares e civis funcionários da ONU, além do povo angolano, entre os quais nos encontrávamos. Julgava-me pronto para o novo, porém a novidade me surpreendeu.

As Forças Armadas brasileiras, assim como quase a totalidade dos militares em geral, a par de sua nacionalidade, têm como princípio basilar a hierarquia e a disciplina, no entanto, na prática, este princípio não era tão rígido assim. Os Iugoslavos, por exemplo, estavam em 1989 vivendo os seus derradeiros anos, haja vista

que logo após o país se desintegrou em várias repúblicas como resultado de uma guerra. Evidentemente não havia uma desobediência ostensiva, mas sentíamos que o convívio naquele contingente era tenso e muito pouco cordial. Não estávamos habituados com isto!

Alguns contingentes africanos tinham militares de diversas etnias, o que exigia não só da nossa parte, porém também e muito mais da deles uma “diplomacia” fantástica para que o convívio fosse razoável.

Além dos já citados, havia também os Tchecos e os Eslovacos, ainda pertencendo ao mesmo país – Tchecoslováquia, que já agonizava ensaiando sua cisão. Não era fácil!

O brasileiro é de fato onívoro em sua verdadeira acepção. Come carne e vegetal de todos os tipos e origens. A nossa cozinha reflete a miscigenação do nosso povo. Esta cozinha democrática já não é comum mundo afora. Alguns não toleram carne de porco devido ao viés religioso; outros comem tocinho de porco cru; enquanto isso, insetos são iguarias no oriente, e vai por aí afora.

No ocidente não existe formalmente distinção de pessoas. Todos são iguais e possuem os mesmos deveres e direitos, isto é o que nós aprendemos na escola. Não é assim que funciona na Índia e por consequência na mente dos indianos, ou melhor, na de alguns indianos que não conseguem se libertar desse jugo (castas), mesmo fora de seu país. Frequentemente me via obrigado a interceder em alguma desavença entre um militar indiano do contingente e um serviçal angolano que estava sendo grosseiramente repreendido por permanecer no mesmo ambiente ou até mesmo ficar posicionado de frente e não à retaguarda daquele oficial. Qualquer que fosse o meu procedimento sempre gerava constrangimento, ora com os militares, ora com os humildes civis angolanos que nos prestavam serviços.

Um dos fatores de maior geração de controvérsias é a religião, ademais quando ela é manipulada de maneira a tentar convencer os outros de sua maior validade. Um dos aspectos frequentemente negligenciado é que a base de sustentação de uma dada religião normalmente é um referencial escrito – Bíblia, Alcorão, Livro dos ... etc; e, que se um indivíduo não reconhece autenticidade em uma dada referência, torna-se inútil utilizá-la como base de convencimento. Este é o caso de se utilizar a Bíblia para evangelizar um muçulmano, ou até mesmo para retirar do ateísmo alguém que em nada diz acreditar.

Até que em nosso grupo não havia essas tentativas de “evangelização” por nenhuma das vertentes religiosas existentes, e olha que eram muitas. Entretanto, a par desse bom convívio multirreligioso, nem todos os oficiais tinham bom senso (“feeling”) quando da execução dos seus rituais específicos. Era o caso de alguns oficiais muçulmanos, aqueles mais crentes, haja vista que outros não eram tão ortodoxos.

Eu sou cristão e compreendo que cada pessoa professa a religião que deseja, ou nenhuma se assim lhe aprouver. A minha fé não interfere na vida dos outros, pois não a exerço de forma a incomodar as pessoas que estão no meu entorno. Isto já não é tão evidente para outros povos. Demarcar a direção de Meca até que não incomoda, já entoar cantorias e mantras diversas vezes ao dia em alto e bom som complica muito. Cada um tem sua privacidade e precisa dela, ainda mais quando está ausente da família por meses em um país em guerra civil e repleto de carências e misérias.

No início havia grande tolerância religiosa, no entanto, com o passar do tempo a boa vontade foi se reduzindo dando lugar às desavenças, principalmente com relação aos mantras e cânticos sempre presentes que nos reportavam àqueles antigos dias de finados, quando as rádios passavam todo o dia entoando canções clássicas e extremamente depressivas. Eu tinha que fazer algo para distender aquela crise que rapidamente se agravava. Procurei o oficial muçulmano, muito meu amigo por sinal, patrocinador da sonoridade em questão e sutilmente sugeri que ele a ouvisse em um lugar reservado, inclusive entendia que a reclusão nestes momentos seria mais efetiva para a meditação e veneração. Após algumas ponderações alcançamos um denominador comum. Ele se comprometeu a ouvir seus louvores reservadamente em seu quarto, apesar de que na prática dava para se ouvir em toda a casa, mas de maneira atenuada.

Diferentes culturas têm costumes/comportamentos diversos e não resta dúvida de que o asseio pessoal é um fator cultural. Em sua maioria, os residentes em países frios são mais comedidos com a água e o sabão, diferentemente daqueles dos países mais quentes. O brasileiro tem, por exemplo, hábito se banhar no mínimo uma vez ao dia, quando isto é possível; entretanto, as carências locais às vezes impediam o prosseguimento desta rotina, o que nos obrigava a verdadeiras acrobacias para efetuarmos nossa higiene pessoal. Para alguns companheiros essa dificuldade respaldava

a falta de banho por semanas, o que tornava o convívio aproximado uma tortura. Como falar sobre o assunto sem magoar? Deixar ficar agravava a situação. Tudo isto requeria muita psicologia.

É normal para o brasileiro beijar ambas as faces de uma mulher, sem que isto denote algum ultraje moral, porém homens se beijarem já não é tão usual, apesar da flexibilidade existente e da questão da opcionalidade que está em voga no pós-modernismo dos nossos dias. Mesmo com minhas convicções conservadoras ainda arraigadas, acabei sendo beijado por um iugoslavo por ocasião da minha cerimônia de despedida da missão, menos ruim porque foi no rosto após solicitação e meu consentimento, quando então levei em consideração a manutenção do bom relacionamento diplomático entre nossos países.

Bebida alcoólica não é permitida em serviço. No meu caso nem fora dele por convicção pessoal; entretanto, os muçulmanos da missão também não deviam fazê-lo por imposição religiosa, contudo o ser humano é frágil e volúvel, e assim muitos deles às escondidas não dispensavam uma bebida mais forte.

Que tal um porco assado para o jantar? Tudo começou com esta proposta aparentemente inocente. O nosso “time” estava na cidade de Namibe na província do mesmo nome situada no extremo sul de Angola, fiscalizando o retraimento das tropas cubanas para o norte do paralelo localizado aproximadamente na altura da referida cidade. Tudo corria perfeitamente dentro dos conformes até que o oficial da Tchecoslováquia resolveu ir a um mercado popular adquirir um leitão (pequeno porco) para o jantar. Se não fosse o bastante, o animal estava vivo e deveria ser sacrificado em nossa residência (um imóvel alugado pela ONU para nosso local de trabalho e residência – “outstation”).

Evidentemente que somente tomei conhecimento desta empreitada suína quando o animal já estava aos gritos na cozinha, disputando com o oficial tcheco-eslovaco e o jordaniano quem gritava mais alto. O pobre leitão além de ser um expectador privilegiado de todo o entrevero era também o alvo das maldições estereofônicas das vertentes religiosas que o abominavam. É importante ressaltar que os demais membros do “team” naturalmente tomaram partido: ou torcendo pela possibilidade de um jantar diferenciado, ou se alinhando aos aspectos morais/éticos religiosos envolvidos. Quando os oficiais recuperavam o fôlego entre um e outro impropério, o porco assumia a dianteira e fazia o contraponto com seu grunhido estridente.

Surpreendido por tamanha algazarra me lancei num salto para a cozinha, não só por ser o mais antigo (no ambiente militar a antiguidade significa ascendência hierárquica), mas também por ser o brasileiro do grupo, e, portanto, o tradutor/facilitador das querelas envolvendo seus participantes. Em lá chegando, decidi de imediato envidar todos os esforços para retirar o pivô da questão (o suíno) do cenário caótico que havia gerado. O animal estava entre a pia e o bujão de gás com suas patas amarradas e uma expressão de pavor estampada em sua face, ademais pelo esforço e o estresse em que estava envolvido havia defecado e urinado, o que aportava não só um cheiro muito desagradável, como também criava no ambiente um aspecto geral de pocilga abandonada. De pronto gritei em alto e bom tom:

– Parem com esta balburdia e tenham compostura como oficiais que são!

– Peguem o animal e o coloquem no quintal rapidamente!

Com a ausência do leitão, o nível da gritaria se amainou, porém, não se encerrou. O tcheco-eslovaco era o mais exaltado, pois além de pretender prevalecer o seu cardápio, alegava ter investido uma bela soma de “Kuanzas”⁷. O jordaniano era mais ilustrado, havia cursado nos EUA e tinha excelentes modos, era de fato mais ponderado; já o tcheco-eslovaco parecia ser mais emotivo, grosseiro mesmo, além disso, falava um inglês precário, o que dificultava sobremaneira suas interações, principalmente com aqueles a quem havia causado algum embaraço, que não foram poucos.

Finalmente, minhas ordens foram cumpridas. Comuniquei ao dono do animal a minha decisão de o retirar (o porco) definitivamente de nossa casa, e que a minha intenção era efetuar um rateio entre os componentes do grupo, a fim de lhe ressarcir de parte das despesas. Apesar dos resmungos e murmurações, o oficial tcheco-eslovaco “engoliu” minha decisão e se retirou para o seu quarto, como sempre fazia após “aprontar”. Quanto ao jordaniano, foi muito mais complicado. Ele afirmou que a residência havia sido maculada com a presença de um animal imundo, segundo o seu credo, e, portanto, não moraria mais ali; o que não fazia sentido, porque a ONU determinou que os grupos permanecessem juntos em um mesmo local. Sendo assim, mais uma vez me vi com a obrigação de usar toda a psicologia na solução de um problema sensível.

7 Kuanza – Denominação da moeda oficial da República Popular de Angola.

Após apaziguar os ânimos, convidei o oficial jordaniano para um “tour” e um lanche em um dos poucos restaurantes da cidade, onde pudemos conversar calmamente, buscando uma solução aceitável para ambas as partes. Apelei para a minha origem árabe e pela sabedoria que sempre a caracterizou. Ressaltei que os mais sábios é que devem ceder e não radicalizar. Comprometi-me também em chamar a “secretária” que havíamos contratado para realização de uma faxina extra em toda a casa e assim restabelecer dentro do possível a sua pureza. A solução proposta foi aceita apenas com um senão – que eu evitasse designá-lo para missões com o oficial tcheco-eslovaco. No que me comprometi dentro do possível, haja vista que isto não era permitido ser formalizado.

No dia seguinte, com os ânimos já amainados, chamei o oficial tcheco-eslovaco para uma conversa, na qual o repreendi veementemente e lhe comuniquei minha intenção de levar a questão e seus desdobramentos ao General Chefe da missão.

O GANHO PESSOAL E OPERACIONAL EM UMA MISSÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ

A UNAVEM I cumpriu sua missão com a retirada das tropas cubanas do território angolano no prazo estipulado e abriu perspectiva para as operações subsequentes; ou seja, UNAVEM II e III, que se ativeram ao mandato de conciliar a nação, criando condições para dar um epílogo à guerra civil que se arrastava desde 1975.

Como a UNAVEM era uma missão de manutenção e não de imposição de paz, ela se revestia de características próprias a este tipo de operação, o que permitiu, dentro do seu escopo operacional específico, agregar uma plêiade de conhecimentos substantivos que o Brasil e, sobretudo, a Marinha ainda não detinham solidamente.

Efetuando uma apreciação crítica desses conhecimentos adquiridos sob o verniz dos dias de hoje, isso pode nos levar a julgá-los insipientes ou até mesmo desprovidos da significância que possuíam ao final da década de 80 e início da de 90, período em que éramos ainda neófitos nesse tipo de empreitada.

É fundamental distinguirmos adestramentos realizados entre nossas próprias tropas ou até mesmo com a participação de nações amigas, cada parte representando, mesmo que mais fidedignamente possível, os elementos envolvidos em uma crise/conflito fictícia; dos eventos que ocorrem em uma operação das Nações

Unidas em território estrangeiro, onde subsiste uma guerra civil real e, portanto, passível de fazer evoluir as ações que eram pacíficas para um extravasamento com consequências imprevisíveis.

Agora que ficou patente a importância ímpar de uma operação da natureza da UNAVEM, podemos enumerar alguns ganhos auferidos por todos aqueles que dela participaram:

1. Conhecer o “Modus Operandi” dos militares de outras nações;
2. conhecer e aprender a conviver com outras culturas;
3. desenvolver a sensibilidade (tato) no trato com militares de outras nações, buscando compreender a diversidade;
4. aperfeiçoar o relacionamento interpessoal utilizando-se de outras línguas;
5. avaliar a nossa capacitação operacional e identificar aspectos que podem ser melhorados;
6. conhecer e operar outros meios tecnologicamente mais evoluídos; e
7. criar hábitos comportamentais e operacionais que somente uma situação real pode verdadeiramente possibilitar.

UM BREVE EPÍLOGO

Após esta curta narrativa sobre uma missão de paz da ONU, podemos compreender toda sua significância e preciosidade, sobretudo porque ela demonstra como as situações desbravadoras são capazes de gerar frutos para oportunidades vindouras, o que sem dúvida permitirá uma caminhada mais segura para aqueles que nos seguirão; diferentemente daquelas infestadas de imprevistos percorridas pelos pioneiros. Para além disto, estamos tendo uma relevante ocasião para registrar nos anais da nossa instituição marcos objetivos e de notável validade que a agitação e a miopia do presente normalmente nos impedem de visualizar em toda sua grandeza. Se este foi o entendimento do leitor, o propósito central deste trabalho foi plenamente alcançado.

É evidente que as situações aqui relatadas não passam de um sucinto comentário sobre uma vasta e rica missão. Minha intenção é expandi-la futuramente, pois entendo que ela é capaz de nos enriquecer sobremaneira com seus desdobramentos, experiências, e principalmente seus “causos”, quase sempre inusitados e até

mesmo hilários. No momento, a dimensionei ao veículo que a pudesse comportar; e aos assuntos que devesse tolerar, haja vista que se ficássemos aguardando uma ocasião futura mais apropriada poderíamos perder a oportunidade de sua divulgação.

As diversas autoridades, entidades, e pessoas aqui intencionalmente nomeadas o foram no sentido de engrandecê-las e destacar suas atuantes participações no contexto de tão significativa operação pioneira de manutenção de paz. É evidente que no relato de algumas

situações constrangedoras evitei explicitá-las, a fim de preservá-las.

O certo é que este relato, por mais que possa ser avaliado por alguns como uma simples narrativa de um mero acontecimento já ultrapassado, comporta em seu bojo uma grandeza incomensurável, pontuando situações e personagens que não se perderam com o tempo, permanecendo vivas e cada vez mais presentes nas atuais e certamente também nas futuras missões, oferecendo-nos experiências inestimáveis.

REFERÊNCIAS

ARTIFON, Alberto Lucas; PAIXÃO, Cinthia Raquel da Silva; COSTA, Gibran Schreiter; ASSÊNCIO, João Paulo Alves; MOUSINHO, Júlia Rabelo; SABINO, Sabryna de Almeida. *A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil*. Centro Universitário do Distrito Federal-UDF, 2017. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/a_importancia_das_missoes_de_paz_para_a_estrategia_de_insercao_internacional_do_brasil.pdf. Acesso em 22/09/2019.

BRIGAGÃO, Clóvis. *Contribuição Brasileira às Missões de Paz da ONU*. [editor responsável] Clóvis Brigagão; Grupo de Trabalho IV, Prevenção e Resolução de Conflitos Armados, coordenador editorial Sérgio Luiz Cruz Aguilar, colaboradoras Alice Andrés Ribeiro, Manhana C. de Aguiar e Mariana Luz. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Gramma, 2008. 44p. Disponível em <http://epaz.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Cadernos-GAPConflitos-IIIContribui%C3%A7%C3%A3o-brasileira-%C3%A0s-miss%C3%B5es-de-paz-da-ONU.pdf>. Acesso em 13/06/2015.

BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda. *Diplomacia brasileira para a paz*. (Org.) Clóvis Brigagão, Fernanda Fernandes. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 292p. Disponível em http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Diplomacia_para_a_paz.pdf. Acesso em 23/05/2014.

DE JESUS, Francisco Luís Valdemiro. *Missões de Paz em Angola: uma análise*. Rio de Janeiro: ECEME, 2000. 35 p.

SANTOS, Rita; CRAVO, Teresa. *Brazil's rising profile in United Nations peacekeeping operations since the end of the Cold War*. In: NOREF Report, March 22. Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2014.